

- Setembro de 2025 -



**A reforma administrativa  
corta seus direitos!**

**CANCELA A REFORMA** *já!*



## ÍNDICE

- 02** Apresentação
- 03** O que se sabe sobre a reforma
- 06** Mudanças e riscos
- 08** Querem demolir os serviços públicos
- 09** Vem pra Luta!

# Apresentação

Sob o argumento de modernizar o Estado, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), em conjunto com os parlamentares do Centrão, não tem poupado esforços para defender a proposta de reforma administrativa elaborada por um Grupo de Trabalho (GT) coordenado pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), cujo texto ainda não foi divulgado na íntegra nem mesmo para o parlamento.

Apesar do mistério, alguns pontos da reforma já foram revelados e confirmam que as mudanças propostas também têm como alvo os atuais servidores.

De viés liberal, fiscalista e punitivista, a reforma destrói a estabilidade, flexibiliza regras de contratação, impõe métricas que interferem na autonomia técnica do servidor, precariza vínculos e cria carreiras de entrada sem direitos.

Nas próximas páginas, o Sindsep-DF apresenta um levantamento das principais medidas da reforma administrativa. Leia e divulgue aos seus colegas de trabalho. A luta em defesa de mais e melhores serviços públicos é de todos nós!

**Oton Pereira Neves**

Secretário-Geral do Sindsep-DF

# O QUE SE SABE SOBRE A REFORMA

---

O texto reúne cerca de 70 medidas,  
divididas em quatro eixos:



Governança e  
Gestão



Transformação  
Digital



Recursos  
Humanos



Combate a  
privilégios



No entanto, os novos parâmetros de eficiência para atuais e futuros servidores, na realidade, refletem um projeto de flexibilização da contratação e precarização de vínculos, com o objetivo de transformar o Estado em balcão de negócios e enfraquecer os serviços públicos

# Mudanças x Riscos

Abaixo, apresentamos as principais medidas propostas na reforma administrativa, seguida de análise do Sindsep-DF sobre como essas mudanças afetam o conjunto dos servidores e qual seria o melhor caminho a ser adotado para resguardar o servidor e a qualidade do serviço público.

## AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO



A progressão na carreira dependerá do desempenho individual, e não apenas do tempo de serviço. O sistema será unificado para todos os poderes e entes federativos. Cada carreira deverá ter, no mínimo, 20 níveis de progressão.

Esse critério não apenas fere a autonomia técnica, como sujeita o servidor a metas abusivas, assédios, além de o culpabilizar pela precariedade estrutural do Estado.



O Sindsep-DF reafirma que a evolução na carreira deve considerar capacitação, qualificação, tempo de serviço e as avaliações de desempenho devem ser utilizadas somente para aceleração na carreira.

## BÔNUS POR RESULTADO



Criação de gratificação vinculada ao cumprimento de metas institucionais, condicionada à situação fiscal do órgão. Agentes políticos não serão contemplados.

É uma medida baseada na meritocracia que sujeita o servidor a metas abusivas e desconsidera as condições de trabalho que o Estado oferece.



A remuneração do servidor não pode estar atrelada a metas institucionais. Defendemos a padronização da remuneração nos três níveis, preferencialmente por subsídio, com tabelas salariais unificadas.

## CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS



Criação de um cadastro nacional, com contratos de até cinco anos e quarentena de 12 meses para recontração. Trabalhadores terão direitos básicos, como licença-maternidade e adicional de férias em contratos superiores a um ano.

A medida é um ataque à estabilidade funcional, princípio que protege o Estado e os serviços e políticas públicas das interferências econômicas externas. É mais uma medida para atender à lógica do mercado e transformar o Estado em balcão de negócios. Além disso, fere os direitos dos trabalhadores.



O Sindsep-DF defende que o mecanismo da contratação temporária deve observar estritamente o critério de necessidades excepcionais, conforme previsto na Constituição, e respeitar os direitos e conquistas dos servidores.

## TELETRABALHO



Limite geral de um dia por semana, com possibilidade de ampliação mediante justificativa pública. Exceções serão previstas em casos específicos, como condições de saúde ou familiares.

A medida tentar unificar um modelo de trabalho remoto que hoje varia entre órgãos, e não toca nos pontos centrais do tema



O Sindsep-DF defende que o empregador, neste caso, o governo, se responsabilize pelo ambiente de trabalho remoto, assumindo o ônus dos custos e concedendo acompanhamento psicossocial para avaliação da condição do servidor. Defende também participação das entidades sindicais nos projetos de IA do governo, relatórios transparentes sobre o impacto das novas tecnologias no trabalho, partilha dos ganhos de produtividade e, sobretudo, proibição de sistemas de vigilância.

## CONCURSO NACIONAL UNIFICADO



O CPNU deve incluir a seleção de servidores para estados e municípios, além dos servidores federais, visando ampliar a eficiência e a transparência no processo de seleção.

O atual modelo de Concurso Unificado precisa ser melhorado para associar mecanismos que compensem a elitização do corpo de servidores.



O Sindsep-DF defende a manutenção dos cargos de nível auxiliar e intermediário, além da ampliação das cotas já existentes e a implementação de cotas sociais, que seriam instrumentos para a redução das desigualdades e para garantir a ampliação da representatividade da população brasileira no serviço público.

## PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



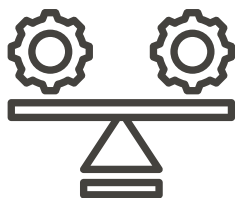
Prefeitos, governadores e o presidente terão até 180 dias após a posse para apresentar um plano de metas e indicadores válidos para todo o mandato.

A medida fragiliza as relações de trabalho no serviço público, tendo em vista que pressupõe que a cada quatro anos, na troca de governos, os servidores possam ser penalizados com metas e indicadores que não representem a realidade do setor e os princípios do interesse público.



O Sindsep-DF defende a autonomia técnica do servidor, que não pode ter a evolução na carreira no serviço público sujeita a metas abusivas que o responsabilizam pela precariedade estrutural do próprio Estado.

## ESTABILIDADE FUNCIONAL



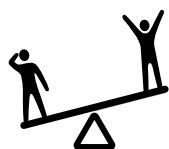
A proposta trata a estabilidade funcional como um privilégio do servidor e a fragiliza tanto para os atuais servidores, que podem perder a estabilidade em função de metas individuais de desempenho, quanto para os novos ingressantes, que podem ser contratados temporariamente.

O ataque à estabilidade abre portas para perseguição política de servidores e o aparelhamento do Estado.



O Sindsep-DF defende o fortalecimento dos serviços públicos com a contratação de servidores exclusivamente por meio de concurso e do RJU, com a manutenção da estabilidade como instrumento de proteção do Estado, das políticas públicas e da sociedade contra interesses econômicos imediatistas e pressões políticas indevidas.

## MANUTENÇÃO DE PRIVILÉGIOS

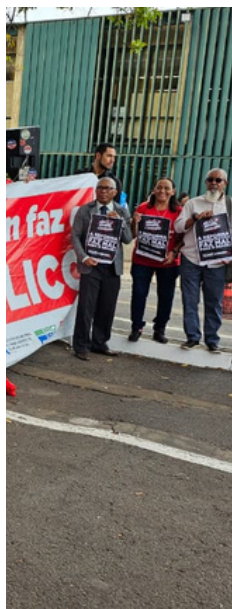


A proposta não mexe nos supersalários do alto escalão militar e nos penduricalhos (auxílios e benefícios) dos parlamentares e dos juízes.

O texto elaborado no Grupo de Trabalho ataca exclusivamente os direitos e conquistas dos servidores, sem tocar em pontos cruciais como os penduricalhos vultosos de generais e outro militares de alta patente, auxílios e verbas de parlamentares e supersalários e esquemas no Legislativo.



O Sindsep-DF é favor de reformar o Estado para colocar fim aos privilégios! Fim aos privilégios das emendas parlamentares e das isenções fiscais. Fim aos privilégios de militares, parlamentares e juízes.



## Querem demolir os serviços públicos



Não aceitaremos reformas que fragilizem o atendimento do Estado brasileiro ao povo.



Defendemos a valorização do servidor público, concursos transparentes e a estabilidade como proteção da sociedade.



Um Estado forte precisa de servidores preparados e em condições adequadas para executar políticas públicas que atendam ao povo.



Criticamos a ausência na reforma de iniciativas para superar as desigualdades salariais no serviço público e a adoção de “soluções” padronizadas e uniformes orientadas por um viés liberal, fiscalista e punitivista que reduz a administração pública à lógica de mercado.



# VEM PRA LUTA!

Fique atento ao calendário de luta contra a reforma administrativa. As atividades são convocadas pelas redes sociais e pelo site do sindicato.

A mobilização do maior número de servidores é fundamental para pressionar a Câmara dos Deputados.

Já anota na agenda! **Dia 29 de outubro**, uma quarta-feira, temos um encontro marcado na **Marcha Nacional do Serviço Público contra a Reforma Administrativa**. Nossa **concentração** será às **9h**, no **Museu Nacional** (Esplanada dos Ministérios)



# FILIE-SE AO

## **SINDSEP-DF**

Sindicato dos Servidores Públicos Federais no DF



SBS, Quadra 1, bloco K, Ed.  
Seguradoras - 16º e 17º andares



### **Expediente sede:**

Segunda a sexta | 8h às 18h



### **Sindsep-Itinerante**

Agenda semanal disponíveis  
no site e redes sociais



### **Plantão do Jurídico na sede e Seções Sindicais**

\* Necessário agendamento

Locais e horários disponíveis no site e redes sociais

 (61) 3212-1900

 (61) 99812-8060

 geral@sindsep-df.com.br

 www.sindsep-df.com.br

   @sindsepdf

 tvsindsepdf